

**RELAÇÕES DE PODER E VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO ENSINO SUPERIOR
BRASILEIRO: DEBATES SOBRE OS CURSOS DE MEDICINA NO BRASIL**

POWER RELATIONS AND GENDER VIOLENCE IN BRAZILIAN'S HIGHER
EDUCATION: DEBATES ON MEDICAL COURSES IN BRAZIL

Valencio, M. A.¹¹

Sant'Ana, F. M.²²

RESUMO

O presente artigo aborda a presença e a naturalização da violência de gênero nos cursos de medicina no Brasil, destacando como os trotes humilhantes, gritos de guerra misóginos e abusos físicos e sexuais afetam diretamente o ingresso e a permanência das mulheres no ambiente acadêmico. As pesquisas demonstram que essas ações, fomentadas majoritariamente por homens, reforçam hierarquias de gênero e refletem a exclusão de mulheres, especialmente negras, transsexuais e de classes menos favorecidas. A análise também evidencia como a mídia, ao noticiar tais episódios, contribui para a perpetuação dessa cultura de violência e silenciamento. Além disso, os dados revelam disparidades de gênero e raça tanto no ensino superior quanto no mercado de trabalho, mesmo com a implementação de políticas de inclusão. O estudo reforça a urgência de enfrentar as estruturas que sustentam essas desigualdades, promovendo uma reflexão mais profunda sobre a cultura universitária e suas implicações para a equidade de gênero e raça no país.

Palavras-chave: Mulheres; Ensino Superior; Medicina; Desigualdade de gênero; Relações de Poder.

ABSTRACT

This article discusses the presence and naturalization of gender violence in medical courses in Brazil, highlighting how humiliating hazing, misogynistic war cries and

¹ Alessandra Maroldi Valencio. Acadêmica do curso de Psicologia- UNIFAMMA. alessandra.maroldi@hotmail.com.

² Mariana Frediani Sant'ana. Mestre em psicologia, docente de psicologia UNIFAMMA, Maringá, PR. Av. Virgílio Maníia, 22.260 - Jardim Ouro Cola, Maringá - PR, 87070-170, mariana.ana@unifamma.edu.br

physical and sexual abuse directly affect women's entry and permanence in the academic environment. The research shows that these actions, promoted mostly by men, reinforce gender hierarchies and reflect the exclusion of women, especially black women, transsexual women and women from disadvantaged backgrounds. The analysis also shows how the media, by reporting such episodes, contributes to perpetuating this culture of violence and silencing. In addition, the data reveals gender and race disparities both in higher education and in the job market, even with the implementation of inclusion policies. The study reinforces the urgency of tackling the structures that sustain these inequalities, promoting a deeper reflection on university culture and its implications for gender and racial equity in the country.

Keywords: Women; Higher Education; Medicine; Gender inequality; Power relations.

1 INTRODUÇÃO

Em setembro e outubro de 2023, foram noticiadas ocorrências de violência de gênero na Universidade de Santo Amaro (Unisa), na cidade de São Carlos – SP (Gomes, 2024). Tais notícias trazem à luz fatos perturbadores que são naturalizados em certos ambientes de integração universitária. Tais atos descrevem como nossa sociedade enxerga a existência da mulher. À medida em que me deparo com essas notícias, uma profunda indignação toma conta de mim, levando-me a questionar quem são as mulheres do curso de medicina no Brasil e se todas as mulheres estão destinadas a enfrentar a violência enquanto permanecem no ambiente acadêmico.

As notícias sobre violência de gênero no ensino superior foram escolhidas e selecionadas com o propósito de demonstrar o quão recorrente e naturalizadas são tais práticas violentas nas universidades, especificadamente, no curso de medicina. As violências mencionadas nos noticiários ocorrem de diversas formas: verbal, moral, psicológica e até física, podendo refletir, dentro do campus universitário, nos jogos universitários e nas festas universitárias.

A prática de “trotes” e canções explícitas e misóginas em jogos universitários podem ser um dos motivos de desistência das mulheres no curso de medicina. O “trote” é visto como uma brincadeira para integrar alunos veteranos com os calouros. De acordo com Marin et.al (2008), em uma pesquisa realizada na PUC de Campinas

nos anos de 2006 e 2007 com acadêmicas e acadêmicos do curso de medicina, houve dados importantes para a reflexão das práticas de violência nas instituições. Segundo os dados coletados por Marin (2008), os homens são os que mais realizam e fomentam a violência no âmbito acadêmico e as mulheres são as que mais sofrem constrangimento, o que favorece a lógica da hierarquia de gênero.

Frequentemente expostos, as notícias que circulam na mídia, os acadêmicos dos cursos de medicina também são mencionados em relação ao tradicional *'trote'*, caracterizado por episódios de violência e constrangimento. Sansão (2015) expõe, em forma de relatos, os atos violentos que ocorrem nos trotes e festas universitárias na USP. Segundo a pesquisadora, as mulheres recém-admitidas no âmbito universitário já sofrem violências na semana de recepção ao curso. Elas são levadas por membros da atlética a um espaço e obrigadas a ouvir “hinos” machistas. São forçadas, por exemplo, a gritar: “Bu!”, e os veteranos complementam: “Buceta! Buceta! Buceta eu como a seco! No cu eu passo cuspe! Medicina é só na USP!”. Além disso, fazem as calouras andarem de “elefantinho”, uma posição desagradável em que a mão de alguém fica “roçando” em seus genitais. As calouras também são obrigadas a fazer uso de bebidas alcóolicas e a beijar veteranos (Sansão, 2015).

As práticas de violência vêm acompanhadas de um discurso de coação: se não fizer, não terá amigos, não será aceita no curso, não terá equipe para o internato e, conseqüentemente, não conseguirá entrar em uma residência. Além disso, as práticas de estupro estão presentes na recepção dos calouros e são comuns, como menciona a entrevistada Marina (Sansão, 2015).

O Show Medicina é uma apresentação teatral que descreve o cotidiano da faculdade. As meninas ficam em um espaço chamado de “costura”, produzindo peças e figurinos para o “espetáculo”, comenta a entrevistada Renata. Nesse contexto, surgem papéis ligados à prostituição, limpeza e servidão ao homem, enquanto os papéis masculinos envolvem a realização de rituais misóginos e expositivos, com o intuito de objetificar a mulher. Além disso, para ingressar no Show, o calouro precisa passar pelo vestibular interno, que envolve provas de habilidades e uma prova final com questões “meio impossíveis”. Os veteranos que conseguem passar nesse vestibular interno são figuras importantíssimas, segundo o entrevistado Augusto (Sansão, 2015).

O uso abusivo de álcool é um fator naturalizado durante o vestibular interno e em outros “eventos”, e em muitas situações algumas bebidas são manipuladas, misturando várias bebidas destiladas. Nesse momento, ocorrem extremas humilhações e violências. Marina relata que só em 2014 descobriu que o autor do seu estupro era um funcionário que conseguiu entrar em uma festa subornando os seguranças. A direção da associação sabia dos fatos, mas encobriu. A professora Heloisa comenta que os estupros eram planejados: administravam drogas para as mulheres e praticavam estupro coletivo (Sansão, 2015).

Tais relatos e informações apresentadas por Sansão (2015) são fundamentais, pois, contribuem para compreender as relações sociais que se estabelecem por meio de ações que objetificam e violentam o corpo feminino, como exemplificado em notícias veiculadas nos meses de novembro de 2014 até janeiro de 2024.

A violência sempre esteve presente no meu meio social e cultural.³ Estar e viver em uma cidade pequena, com uma estimativa de 3.187 habitantes, segundo o Censo de 2022, não faz as pessoas se afastarem da violência, apenas a normaliza. A violência que permeia meu entorno não é velada, é explícita. O ódio dos homens pelas mulheres, o desrespeito e o preconceito de gênero são evidentes em qualquer lugar que se vá. É um “olhar estranho” em ver mulheres exercendo funções denominadas de “homens” e deixando a ideia patriarcal⁴ de que mulher precisa cuidar das atividades domésticas. Além do “olhar estranho”, são proferidos discursos de ódio, julgamentos, violências morais, sexuais, verbais e psicológicas, que não são apenas apontadas pelos homens, mas pela sociedade em geral. Viver em uma sociedade misógina⁵, de herança patriarcal, é ser violentada todos os dias.

A partir das experiências acadêmicas vivenciadas por pessoas próximas, foi possível analisar as práticas e discursos abusivos presentes no meio educacional, especialmente no curso de Medicina. Durante os relatos, percebi que algumas dessas práticas abusivas eram encaradas como algo naturalizado pelas pessoas que narravam. Isso me causava desconforto ao ouvir a aceitação da violência de gênero, desencadeando uma série de sentimentos e questionamentos. Surgiram indagações sobre as origens desse fenômeno, a persistência das violências, a necessidade de abordar a questão de gênero e a razão pela qual no campo educacional se reproduz

tais formas de violência. Esses questionamentos conduziram-me a explorar obras

³ A escrita se organizará por vezes na 1ª pessoa do singular, apresentando uma pesquisa na qual a pesquisadora se vê implicada e atravessada pelos debates levantados. Rompe-se na escrita uma ideia de distanciamento e de ciência neutra.

⁴ Segundo Costa (2015), patriarcado é “um sistema social em que os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres. É um conceito que enfatiza a inter-relação entre os vários modos em que os homens têm poder sobre as mulheres.” (p.44)

⁵ Misoginia “é um sistema de crenças e práticas que normaliza a dominação masculina e marginaliza as vozes e experiências femininas. Essa mentalidade é perpetuada por normas sociais, instituições e relações que sustentam a ideia de que os homens são superiores às mulheres. (Kimmel, 2022).

literárias que ampliaram minha reflexão, levando-me a retornar continuamente aos ensinamentos da filosofia e da sociologia. Assim, essa pesquisa teve início a partir do incômodo, evoluindo para um desejo de compreender a fundo as relações estabelecidas e os padrões que mantêm certas práticas e discursos de violência e de exclusão de gênero no campo do ensino superior.

Portanto, a partir de acontecimentos recentes noticiados pela mídia brasileira, desperta-se a necessidade de compreender como os cursos de medicina, que ocupam um *status* social de prestígio no Brasil, reproduzem em seu corpo discente a cultura de violência de gênero.

Para tanto, inicialmente, serão apresentadas as bases teóricas de autores e temas relevantes que exploram a construção da ideia de gênero, interseccionalidade e a desigualdade de gênero. Além disso, serão analisados os papéis desempenhados pela mídia na cobertura e divulgação de casos de violência de gênero. Em seguida, nos resultados e discussões, serão analisados dados de base que auxiliam a pensar as reportagens, e, posteriormente, notícias que destacam episódios de violência de gênero nas faculdades, com ênfase no curso de medicina no Brasil, evidenciando a naturalização de práticas abusivas. As conclusões foram elaboradas a partir da análise dessas notícias, fundamentadas em pesquisas e referencial teórico, promovendo reflexões sobre tais práticas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Atos de violência me faz refletir sobre a nossa sociedade e sobre os motivos que permitem tais comportamentos prevalecerem, apesar dos esforços de resistência dos movimentos feministas. Submeter mulheres a humilhações e abusos sob o

pretexto de “tradição” perpetua uma cultura tóxica e estereotipada, visto nas canções misóginas que ressoam entre acadêmicos. Tais canções não são apenas palavras vazias, mas sintomas de uma sociedade doente e sexista.

Seguindo a ideia de Campos e Corrêa (2007):

Ser homem ou ser mulher e agir de acordo com o que as pessoas em sociedade acreditam ser natural do homem e próprio da mulher, pouco ou nada tem a ver com essa natureza biológica e a fisiologia de cada corpo. Mas é sobre esse corpo – com um sexo definido biologicamente – que são fiados os atributos do gênero. Essas características empreendidas pelo campo social, variando no tempo e culturas são devidamente articulados e fortemente arraigados que quando se pergunta a uma pessoa o que caracteriza um homem ou uma mulher, os conceitos são assim definidos: os homens são mais decididos, menos emotivos, mais ousados, têm mais coragem de enfrentar o perigo, têm mais liderança, são mais agressivos, competitivos, etc. já para a mulher, temos as características impregnadas de emotivas, sensíveis, mais organizadas, mais atenciosas, mais dedicadas ao trabalho, etc. (p. 33-34).

Essas vivências, por mais violentas que sejam, ainda partem de uma escrita de uma mulher jovem, branca. Desse modo, precisamos pensar nas interseccionalidades, pois o que me afeta não necessariamente me anula enquanto mulher, mas a forma que me afeta é distinta de outras.

A construção de gênero e as desigualdades associadas são questões centrais para Joan Scott. Na obra *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (Scott, 2015), o gênero não deve ser entendido apenas como uma diferença biológica entre homens e mulheres, mas como uma construção social que envolve um conjunto de significados, práticas e relações de poder. Essa compreensão é fundamental para analisar as dinâmicas sociais que moldam as identidades de gênero e perpetuam desigualdades. Enfatiza que o gênero é uma categoria analítica essencial para a compreensão das relações sociais e históricas. Desse modo, gênero não tem uma característica fixa, é fluído ao longo do tempo.

A exploração das desigualdades de gênero e raça fundamentam o fortalecimento e a sustentação do sistema capitalista. Nesse contexto, a compreensão do feminino não deve ser encarada como uma natureza ou essência universal. Simone de Beauvoir (2019) afirma: “ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino” (p. 11). Em outras palavras, a

mulher é um ser que se constrói na sociedade, e sua identidade não se limita a fatores biológicos, mas resulta de um conjunto complexo de influências sociais e culturais.

As desigualdades de gênero são sustentadas por relações de poder que favorecem homens e marginalizam as mulheres. Essas estruturas de poder são enraizadas em instituições sociais, como a família, a educação e o mercado de trabalho, que perpetuam a ideia de que os homens devem ocupar posições de liderança e autoridade. Como resultado, as mulheres frequentemente são relegadas a papéis subordinados (Bourdieu, 2023).

Ao analisar a desigualdade de gênero, é necessário destacar a importância de considerar a interseccionalidade. O conceito de interseccionalidade é essencial para compreender como nossas identidades são formadas e experienciadas através de múltiplas camadas de opressão e privilégio. Paul B. Preciado, na obra *Manifesto Contrassexual* (2015), oferece uma abordagem que desconstrói as normas tradicionais de gênero e sexualidade, nos ajudando a enxergar como os corpos são atravessados por marcadores de raça, gênero, classe social e outras identidades. Os atravessamentos nos mostram como as identidades são multifacetadas e entrelaçadas. De acordo com Preciado (2015), o gênero, assim como a raça, é uma construção social que serve para manter hierarquias de poder. Ao desconstruir essas categorias, podemos começar a imaginar novas formas de existência e resistência que desafiem as normas estabelecidas.

O desprezo e o desrespeito que provêm do patriarcado ecoam como um lembrete doloroso da persistência da desigualdade de gênero que permeia nossas instituições. Assim, minha indignação se dirige não apenas contra um sistema que permite tais injustiças, mas contra uma cultura que ainda violenta diariamente as diversas mulheres. Portanto, ao pesquisar e analisar as notícias, a indignação se torna potência de estremecimento dos valores e escolhas, além da oportunidade de pesquisa e reflexão, com o objetivo de desafiar as relações de violência e abuso que são naturalizadas.

Enfrentar um ambiente que gera angústia e indignação pode ser transformador. A indignação não é apenas um sentimento passivo; ela se torna em um combustível essencial para a pesquisa. A raiva se transforma em ação, impulsionando o desejo de investigar, denunciar e refletir criticamente sobre as injustiças. No contexto do ensino

superior, é fundamental que as pesquisas não apenas observem, mas também questionem e desafiem o próprio sistema. Não podemos ver o ensino superior como um espaço intocado e seguro, habitado apenas por pessoas esclarecidas. Precisamos investigar e problematizar as realidades dentro dele, trazendo à luz questões que muitas vezes são ignoradas ou subestimadas.

A mídia realiza um papel importante na sociedade, pois de acordo com Santos (2013), a imprensa, é aquela que auxilia na construção cultural de uma sociedade e que relata a urgência da temática da violência de gênero no Brasil. A partir daí, surgem os questionamentos:

Como a imprensa se comporta diante desse cenário? Os jornais assumem a responsabilidade social de diminuir o impacto desse machismo estrutural em casos de violência contra a mulher? As notícias são tratadas de forma humanizada? Tendo como principal pergunta de investigação “Quais são as fontes usadas na imprensa brasileira para noticiar a violência contra as mulheres?” (Santos, 2013, p.4).

O objetivo, segundo Santos, é entender a partir de um estudo de caso, como o jornalismo brasileiro aborda a violência contra a mulher por meio de análises realizadas no jornal “portal G1.” Para tais fins, foram analisadas fontes relacionadas à estupro, abusos, agressões, feminicídio e violência doméstica, dos Estados de Roraima, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Espírito Santo na data de dezembro de 2017, visto que, segundo dados do Ipea são as regiões com mais casos de violência contra mulheres.

Antes da divulgação dos fatos, o jornalista precisa da investigação, cujo movimento se dá pelas fontes:

As fontes são pessoas, são grupos, são instituições sociais ou são vestígios – falas, documentos, dados – por aqueles preparados, construídos, deixados”, estando a relação entre fonte e jornalista pautada no interesse mútuo. As vantagens de que alguma história se torne ou não pública também fazem parte dos contornos dessa relação (Gomis, 1991, apud Santos, 1991, p. 45).

Em sua pesquisa, Santos (2023) identifica que as notícias mais divulgadas sobre as mulheres são sempre em relação ao controle do corpo. São noticiadas em tom de naturalização, reproduzidas muitas vezes de violência verbal, embora a partir dos anos 2000 o noticiário passou a tornar-se mais investigativo e neutro. Dessa forma, toda a naturalização do crime contra mulheres é reflexo de uma cultura⁶ que ainda naturaliza abusos. Nesse contexto, a discussão sobre a aparente neutralidade torna-

se crucial, pois, como apontam Narvaz e Koller (2006), "não é mais possível, destarte, dissociar teoria e método, tampouco negligenciar os aspectos epistemológicos, ideológicos e éticos envolvidos na escolha de um paradigma de pesquisa" (p. 2). Assim, a suposta neutralidade midiática também deve ser questionada à luz dos vieses ideológicos que influenciam a cobertura dos crimes de gênero.

Em paralelo com tal reflexão, Moscheta (2021) descreve o caso de violências contra Dandara uma mulher transsexual, nordestina e negra, bem como a circulação e exposição de tal ato, analisando os vieses políticos, sociais e midiáticos que permeiam a cobertura desse tipo de violência. Essa análise dialoga com a discussão de Santos (2023) ao evidenciar que, no formato em que as mídias retratam os casos

⁶ Para Gramsci, a cultura, materializada em uma rede de associações, pode e deve ser compreendida estruturalmente; contudo, é necessário sempre ter presente que homens, grupos e classes sociais se movimentam nessas estruturas, lutando pelos seus projetos, pelas suas ambições, determinando uma dinâmica social permanente e imprevisível nos seus resultados. (Vieira, 1999, p.62).

de violência de gênero, não apenas refletem, mas também perpetuam uma cultura de violência e discriminação. Reforça-se a necessidade de uma abordagem crítica que desafie as narrativas predominantes. A intersecção entre os dois estudos ressalta a importância de considerar não apenas o conteúdo das notícias, mas também os contextos sociais e políticos que moldam a percepção pública sobre as violências

De acordo com Sontag (2003, apud Moscheta, 2021) "todas as imagens que exibem a violação de um corpo atraente são, em certa medida, pornográficas. Imagens do repugnante também podem seduzir" (p. 170). De alguma forma, a mídia reproduz essas imagens de modo a violentar novamente esse corpo e gerar comentários justificando tais agressões e culpabilizando a vítima pelo acontecido. Assim, as representações midiáticas não apenas perpetuam a violência, mas também contribuem para a normalização de comportamentos abusivos, reforçando estigmas e a cultura do silêncio em torno das agressões sofridas por mulheres.

Moscheta (2021) explora a violência contra pessoas LGBTQIAPN+, que se transforma em um espetáculo visual a fim de satisfazer o desejo social. A violência não é apenas um ato físico, mas a exibição da humilhação e da dor da vítima. A violência pornográfica está no observar e até mesmo no fazer parte de algo, nesse

sentido, a pornografia está inserida nas imagens explícitas, sejam elas de espancamento e de abusos sexuais. A exibição repetida desses atos contribui para a desumanização da vítima, no qual trata o sofrimento como objeto de consumo público.

Desde o momento em que as relações de poder econômico e patriarcal ditam as regras, ainda evidenciaremos nos noticiários universidades e conselhos de ética minimizando os fatos. Segundo Foucault (1979) “na medida em que as relações de poder são uma relação desigual e relativamente estabilizada de forças, é evidente que isto implica um em cima e outro em baixo, uma diferença de potencial” (p.250).

As relações de poder foram organizadas e determinadas pelo que chamamos de relações de gênero, que compreendem tradicionalmente o binômio feminino e masculino, além de raça e gênero, que continuam a influenciar essas dinâmicas até hoje.

O gênero:

Não é inscrito no corpo passivamente, nem é determinado pela natureza, pela linguagem, pelo simbólico, ou pela história assoberbante do patriarcado. O gênero é aquilo que é assumido, invariavelmente, sob coação, diária e incessantemente, com inquietação e prazer. Mas, se este ato contínuo e confundido com um dado linguístico ou natural, o poder é posto de parte de forma a expandir o campo cultural, tornado físico através de performances subversivas de vários tipos. (Butler, 2011, p. 87).

Assim, o gênero se manifesta em diversas esferas da vida social, e um exemplo claro disso se dá na divisão sexual do trabalho, segundo Bourdieu (2023):

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão sexual do trabalho, a distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no próprio lar, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, água e vegetais; é a estrutura do tempo, as atividades do dia, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos e longos períodos de gestação, femininos (Bourdieu, 2023, p. 24).

A figura do homem é aquela que traz o sustento para a casa, ou seja, garante seu lugar e poder nos espaços públicos e privados, enquanto a mulher zela pela família e a casa, ficando reservada unicamente ao espaço privado.

Pode-se considerar o binômio de gênero e tudo o que ele abarca como uma construção ideológica⁷ e moral, porque aceita culturalmente e que dita os comportamentos adequados e inadequados de acordo com o recorte de gênero

(Zanello, 2018).

Gerda Lerner (2019) revisita a história para explicar como se formaram as relações entre homens e mulheres. Ela analisa sociedades antigas em que as mulheres exerciam mais poder, como nas religiões que veneravam deusas, e demonstra como esse poder foi gradualmente enfraquecido. Lerner destaca figuras femininas importantes, como as deusas (Inanna, Ishtar), personagens bíblicas (Sara, Hagar) e sacerdotisas, ilustrando como o controle dos homens sobre recursos e propriedades foi central para a marginalização das mulheres e a consolidação do patriarcado. Os homens que Lerner estuda incluem proprietários de terras, chefes de família, sacerdotes, líderes religiosos e políticos, que foram fundamentais para estruturar e perpetuar esse sistema de dominação. A historiadora investigou diversas culturas e locais a fim de compreender os impactos que foram ocasionados pela

⁷ Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o Âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época (Marx; Engels, 2007, p. 47).

divisão sexual. Lerner elucida a exclusão das mulheres, aponta que é possível identificar que o patriarcado teve um início cronológico e que se pode construir um fim.

Assim como Lerner, Bourdieu (2023) analisa as práticas da dominação e poder na figura masculina e evidencia que o fortalecimento do patriarcado se dá nas principais instituições sociais: família, escola, religião e Estado. Bourdieu (2023) menciona que “a divisão entre os sexos parece estar ‘na ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável” (p. 22). Assim, podemos entender que essa concepção traz a naturalização das divisões sociais no cotidiano, que não se limitam apenas ao trabalho, mas até mesmo à linguagem.

O patriarcado é o que sustenta por muitas vezes a dominação masculina, que inferioriza a condição feminina. É por meio do patriarcado que a divisão do trabalho se estabeleceu de forma natural e instintiva, fazendo parte das regras das instituições

sociais.

Os homens conseguiram registrar grandes feitos na história, pois o espaço educacional sempre foi acessível a eles. Na Grécia Antiga, eram os homens que detinham e buscavam o conhecimento da filosofia, tinham o privilégio do *logos*⁸ e das decisões políticas que ocorriam na *pólis*⁹. Na contemporaneidade, o conhecimento é construído a partir da perspectiva do homem branco cis europeu, ou seja, um conhecimento colonizado. Assim, vários foram agraciados por prêmios Nobel, negligenciando as mulheres das práticas científicas por muito tempo, como foi o caso de Lise Meitner, que descobriu a divisão dos núcleos atômicos juntamente com Otto Hahn, que por sua vez levou os créditos pela descoberta, ganhando um prêmio Nobel de química em 1944.

Esse padrão de reconhecimento e valorização do homem revela que a história das mulheres, por muito tempo, foi uma história de exclusão, onde suas contribuições e conquistas foram sistematicamente desconsideradas. No passado, ainda que recente, os grandes feitos históricos eram realizados pelos homens, o que tornava algo significativo, pois, não havia registros de mulheres. Assim, Lerner (1986) explica que se construiu a imagem de que as mulheres eram irrelevantes, frutos apenas para

⁸ O termo *logos*, em grego significa razão ou princípio da inteligibilidade.

⁹ O termo *pólis* em grego significa “cidade”.

procriação e atividade domiciliar. É importante uma reparação histórica de registros guardados e interpretação de uma história que pode ser controversa. Assim,

as mulheres são essenciais e peças centrais para criar a sociedade. São e sempre foram sujeitos e agentes da história. As mulheres “fizeram história”, mesmo sendo impedidas de conhecer a própria História e de interpretar a história, seja a delas mesmas ou a dos homens (Lerner, 1986, p.25).

Contudo, algumas mulheres — ainda em sua maioria brancas, cisgênero e de classe média alta — têm adentrado, não sem lutas, nos espaços do ensino superior ao longo das últimas décadas. Elas não apenas geram pesquisas científicas, mas também promovem pautas, reflexões e possibilidades de reparações históricas. Ainda assim, trata-se de um espaço de conhecimento reduzido, representado ainda apenas

por mulheres brancas, cis e heterossexuais, limitando a representação e construção de conhecimentos diversificados. A universidade, apesar de ser um ambiente desigual e inseguro, serve como um espaço no qual essas mulheres, ainda que por esse recorte, podem desenvolver pesquisas, estimulando o debate e a criticidade, além de transformarem o ambiente de conhecimento. Entretanto, é importante destacar que a violência de gênero não se limita ao contexto acadêmico, também pode ocorrer após a formação, durante o exercício da profissão.

3 JUSTIFICATIVA

As práticas mencionadas dos cursos de medicina são frutos de uma cultura misógina que foi se desenvolvendo ao longo da história. Por isso, é essencial compreendermos como se constroem as relações de poder, a partir da ideia de patriarcado, para que possamos aprofundar sobre a luta e resistência das mulheres no ingresso e permanência na universidade, principalmente em um curso permeado por práticas de violência, como o curso de medicina.

É importante destacar que a escassez de dados específicos sobre a continuidade e a retenção de mulheres no curso de Medicina pode estar profundamente ligada à cultura de violência que elas enfrentam tanto dentro quanto fora do ambiente universitário. A ausência de informações concretas sobre a permanência das mulheres, a frequência de violência sofrida e outros danos gerados por essa violência perpetua um ciclo preocupante.

A ausência de dados sobre violência de gênero nas universidades está intimamente ligada à naturalização dessa violência na sociedade. Essa falta de informações é agravada pelo elevado *status* associado ao curso de Medicina, que frequentemente evita expor estatísticas sobre tais incidentes. Isso ocorre em um esforço para preservar uma imagem intocável, ocultando assim os desafios reais enfrentados pelos estudantes, especialmente pelas mulheres.

4 METODOLOGIA

A pesquisa, de caráter quantitativo e qualitativo, teve como objetivo sondar e propor reflexões sobre a violência de gênero no curso de medicina, a partir da análise

de como os veículos midiáticos apresentaram essas notícias. O desenvolvimento da pesquisa seguiu os princípios da cartografia (Passos, Barros, 2009), caracterizada por etapas contínuas e processuais, refletindo a natureza dinâmica do objeto estudado. A produção de dados e a escrita do texto constituíram momentos-chave da pesquisa cartográfica, destacando seu caráter processual e coletivo. A cartografia resultou de encontros e experiências vividas que construíram afetos e sentimentos, proporcionando uma pesquisa marcada por reinvenções e experiências únicas (Passos, Barros, 2009).

O papel da pesquisadora, ao adotar a cartografia como método, caracterizou-se por uma imersão ativa no campo investigado. Durante o processo, a pesquisadora participou de forma direta, deixando-se afetar pelas interações e contribuindo para a construção coletiva do conhecimento. O foco da cartografia esteve em acompanhar processos e mapear singularidades, reconhecendo os fluxos, intensidades e transformações presentes, sem reduzir o fenômeno a categorias rígidas. Essa abordagem valorizou a dimensão ética e criativa na produção de subjetividades (Passos, Barros, 2009).

A primeira etapa da pesquisa consistiu no levantamento de notícias referentes às práticas de violência de gênero no curso de graduação em medicina no Brasil. Essas notícias, veiculadas entre novembro de 2014 e janeiro de 2024, foram analisadas com base em palavras-chave como: Mulheres; Ensino Superior; Desigualdade de gênero; Relações de Poder; Violência de gênero; Violência medicina; Trote medicina machismo; canções misóginas medicina; homens gestos medicina; curso de medicina abuso sexual; Medicina. A seleção de notícias seguiu critérios de confiabilidade das fontes, relevância do conteúdo e alinhamento com o tema, fornecendo um panorama inicial das problemáticas relacionadas à violência de gênero no ensino superior e após a formação médica.

Para a análise, foram pré-selecionadas 17 notícias relacionadas à violência de gênero no curso de medicina no Brasil. Após a aplicação dos critérios de relevância (palavras-chave, análise da notícia em consonância com o tema), 10 notícias foram consideradas adequadas para compor o corpus da pesquisa

(Rodrigues, 2023; Nery, 2023; Bimbatí, Perez, 2023; Bimbatí, Brito, 2022; Godoy, 2023; Figueiredo, 2019; Fernandes, 2023; Honório, 2023; Lino, 2022;

Cavalcante, 2023; Arpini, 2017; Guilherme, 2014; Melo, 2014; Gomes, 2023; Júnior, 2015; Cury, 2019; Ribeiro, 2021). Dentre as fontes selecionadas, destacam-se veículos de grande circulação, como O Globo, Uol, G1, Educação UOI, Terra, garantindo uma diversidade de perspectivas sobre o tema. Essa triagem possibilitou a construção de um panorama das problemáticas identificadas, gerando reflexões sobre as relações de poder e as desigualdades de gênero no contexto acadêmico e profissional da medicina.

Os dados empíricos foram integrados à revisão bibliográfica, estabelecendo um diálogo entre as notícias analisadas e os referenciais teóricos. A revisão foi realizada em plataformas como *Scielo* e Periódicos CAPES, com critérios de seleção, tais como a análise de títulos e resumos para garantir coerência com o tema. Essa etapa possibilitou o refinamento das categorias interpretativas e a sustentação teórica das discussões, alinhando-se à lógica processual da cartografia.

O levantamento bibliográfico foi guiado pelos debates despertados a partir das notícias, desenvolvendo-se de forma crítica ao ser integrado à bibliografia selecionada. A seleção das obras seguiu critérios de coerência considerando o título e leitura dos resumos. Optou-se pela produção científica a partir da análise de palavras-chaves, conduzindo a um processo de rigor e avaliação para compreender o intersubjetivo e interpretativo, característico de uma postura reflexiva. Por fim, a bibliografia fichada foi organizada de forma a fundamentar os debates levantados, consolidando a pesquisa de acordo com os princípios da cartografia.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Perfil dos estudantes de medicina

De acordo com o Inep/MEC fornecido em 2019, em um levantamento das características dos estudantes de Medicina que participaram do Enade/2019,¹⁰ havia 20.618 inscritos que compareceram à prova e responderam ao “Questionário do Estudante” na página do Inep. É possível que alguns estudantes não tenham respondido integralmente ao questionário; por isso, em algumas análises, a população considerada pode não incluir todos os participantes. Foram fornecidas pela IES¹¹ informações de sexo, idade, raça, etnia e questões socioeconômicas. A distribuição

por sexo e idade do total de respondentes mostrou que a maioria dos estudantes da área de Medicina era do sexo feminino e tinha até 24 anos. É importante ressaltar que, em 2019, a média das idades dos concluintes de Medicina do sexo masculino foi maior do que a dos concluintes do sexo feminino. O desvio padrão das idades também foi maior entre os estudantes do sexo masculino comparado aos do sexo feminino (Ministério da Educação, 2019).

Considerando a distribuição das respostas por sexo do inscrito segundo a sua cor ou raça e indicação de ingresso por política de ação afirmativa ou inclusão social, observou-se que 67,1% dos estudantes se declararam de cor ou raça branca (26,1% do sexo masculino e 41,1% do sexo feminino). Os que se declararam de cor ou raça parda corresponderam a 24,3% do total de estudantes (10,9% do sexo masculino e 13,4% do sexo feminino). Aqueles que se declararam de cor preta representaram 3,4% do universo: 1,7% do sexo masculino e 1,7% do sexo feminino. Os demais se declararam de cor ou raça amarela (2,5%) e indígena (0,3%), além de 2,4% dos estudantes que não declararam sua cor ou raça (não quiseram declarar). Quando se considera também o ingresso por política de ação afirmativa ou inclusão social, verificou-se que, entre os que se declararam pardos e ingressaram por alguma política de ação afirmativa ou inclusão social, a proporção foi maior (Ministério da Educação, 2019).

Em relação à faixa de renda mensal familiar declarada pelos estudantes de Medicina, a faixa modal foi de 10 a 30 salários-mínimos (R\$ 9.540,01 a R\$ 28.620,00), correspondendo a 25,6% do total (10,7% do sexo masculino e 14,9% do sexo feminino). No extremo oposto da renda familiar, 6,8% dos estudantes declararam que a renda familiar era de até 1,5 salário-mínimo (até R\$ 1.431,50). Sobre a existência de renda e sustento, a maior parte dos estudantes (81,9%) afirmou não ter renda

¹⁰ Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Ministério da Educação, 2019)

¹¹ Instituições de Ensino Superior (e-MEC, 2024)

própria e que seus gastos eram financiados pela família ou por outras pessoas. A proporção de respondentes com gastos financiados por programas governamentais foi de 7,9%. Aqueles que declararam ser o principal responsável pelo sustento da

família representaram 0,6%. Agrupando as três primeiras categorias, que se referem a indivíduos dependentes de outros para seu sustento, esse grupo constituiu quase a totalidade dos alunos (97,4%) (Ministério da Educação, 2019).

No que diz respeito ao recebimento de bolsas de estudo ou financiamento para custear todas ou a maior parte das mensalidades, menos da metade (43,4%) declarou ter recebido alguma forma de bolsa ou financiamento. Já 25% declararam que não haviam recebido bolsa/financiamento, embora o curso não fosse gratuito. As proporções dos que receberam bolsa/financiamento diminuem com o aumento da renda, a partir da segunda faixa de renda mensal familiar, sendo maiores entre brancos e pardos e menores entre negros e amarelos (Ministério da Educação, 2019).

O levantamento sobre os estudantes de Medicina que participaram do ENADE 2019, revela questões estruturais de gênero, raça e classe social. O maior número de estudantes do sexo feminino e com idade até 24 anos reflete uma predominância de mulheres no ingresso, mas a média de idade dos concluintes do sexo masculino sendo maior sugere que essas mulheres podem enfrentar mais desafios que afetam sua permanência ao longo do curso. Isso pode estar relacionado a uma cultura universitária predominantemente masculina e machista, onde as mulheres muitas vezes enfrentam obstáculos em sua formação, como comportamentos abusivos e misóginos, e que raramente são reconhecidos pela sociedade em geral e pela mídia como violência de gênero.

A baixa representatividade racial entre estudantes negros nas faculdades de Medicina, com uma predominância de alunos brancos (67,1%) (Ministério da Educação, 2019), também aponta para o problema de exclusão e discriminação racial no ensino superior. As políticas de ação afirmativa, embora promovam inclusão de estudantes, ainda enfrentam desafios em termos de efetiva representatividade e permanência da população negra. Esse cenário de sub-representação racial, aliado ao quadro de desigualdade socioeconômica, sugere que a Medicina continua sendo um campo acessível principalmente para homens de classes sociais mais elevadas, como mostrado pela concentração de estudantes na faixa de renda mais alta. Mesmo com os avanços das políticas de inclusão, a formação médica no Brasil segue marcada por desigualdades de gênero, raciais e econômicas, que perpetuam uma cultura de exclusão.

5.2 Ambientes marcados pela violência de gênero

Durante as análises das notícias selecionadas, observou-se que os casos de violências e abusos nas faculdades de medicina no Brasil são noticiados no tom de uma forte naturalização pela instituição, grupos de atletica, e por grande parte da sociedade das práticas abusivas, que ocorrem especialmente em trotes, festas e eventos esportivos. Essas práticas envolvem agressões físicas, sexuais, racismo, misoginia e humilhações públicas, “é frequentemente visto como um mero rito de passagem, em que estudantes mais velhos, “veteranos”, recebem os novos alunos, seus eternos “calouros”, com “brincadeiras”” (Sansão, 2015, p.44).

Tais comportamentos, embora amplamente criticados, ainda são minimizados ou ignorados por boa parte da comunidade acadêmica e pelas próprias instituições. A cultura do trote, por exemplo, tem sido uma das mais discutidas, com episódios que incluem abusos de álcool, violência física e, em casos graves, agressões sexuais. Os trotes não ocorrem apenas no campus, mas também em festas, viagens e repúblicas universitárias, o que amplia o alcance das práticas abusivas. “Assim, apesar da proibição, o trote segue acontecendo em sítios e outros locais distantes das faculdades, ou mesmo em dependências dessas instituições de ensino, travestido de outras formas” (Sansão, 2015, p.44).

A justificativa comumente dada pelos veteranos é de que esses rituais preparam os estudantes para a pressão e o estresse da residência médica, mas na prática trata-se de ações de humilhação e degradação, principalmente com as mulheres calouras. Um dos casos mais notórios ocorreu na Faculdade de Medicina da Universidade de Franca (Unifran) onde as mulheres calouras foram forçadas a participar de um “juramento” humilhante. Ajoelhadas, elas eram obrigadas a dizer aos veteranos que não recusariam coito. Esse caso foi amplamente repercutido pela imprensa e resultou em investigações conduzidas pelo Ministério Público:

O vídeo em que elas aparecem ajoelhadas provocou reações de indignação de entidades estudantis e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Em um dos trechos, as jovens prometem: “Juro solenemente nunca recusar uma tentativa de coito de um veterano. Prometo nunca entregar o meu corpo a nenhum invejoso, burro, trouxa...da Odonto”. Em nota, a Unifran condenou o ocorrido (Lino, 2022, p.6).

Na notícia, cuja manchete é intitulada de “Rojão, genitália: 9 vezes em que comportamento de alunos de medicina chocou”, escrita por Lino (2022), a notícia expõe outros comportamentos violentos dos alunos de medicina no Brasil. Como o caso dos estudantes da Unig, que em 2022 foram filmados conduzindo um grito de guerra durante os Jogos Universitários de Medicina (Intermed). No vídeo, gritavam frases contra motoboys durante o jogo universitário: “Ei, eu sou playboy. Não tenho culpa que seu pai é motoboy”. A prefeitura onde o jogo foi sediado informou que os alunos foram banidos do local e a faculdade multada.

A mesma reportagem aborda que, em 2005, residentes e ex-residentes de medicina da Universidade Estadual de Londrina (UEL) participaram de um inquérito sobre manifestações racistas contra funcionários do hospital universitário. Durante essa investigação, foi revelado que eles criaram comunidades no Orkut com frases racistas e sexistas, dirigidas aos trabalhadores do hospital. Em 2008, 14 estudantes da mesma universidade foram suspensos da formatura por envolvimento em uma invasão no hospital universitário. Durante o incidente, os estudantes lançaram sprays de espuma, bebidas alcoólicas e até rojões, que foram disparados em unidades de pacientes em estado grave, gerando grande risco à segurança dos pacientes. Em 2017, em uma postagem em um grupo fechado relacionado ao evento Intermed, estudantes de medicina da mesma universidade compartilharam mensagens com palavras machistas e misóginas, chamando universitárias de “vagabundas”. Foi instaurado um processo contra o estudante responsável, que não demonstrou arrependimento e ainda zombou da situação (Lino, 2022).

Em 2016, estudantes do curso de medicina da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) criaram uma postagem com o termo “dopasmina”, “segundo o Coletivo Nise da Silveira, o termo é usado para “nomear festas e eventos onde ocorrem diversas tentativas e abusos sexuais às mulheres” (Lino, 2022). Em uma nota, os estudantes negaram que o termo fosse pejorativo. Em 2017, 12 alunos da Universidade Vila Velha (UVV) publicaram uma foto de formatura com calças abaixadas até os tornozelos, com as mãos simulando uma genitália feminina e a hashtag #PintosNervosos. A punição aos alunos envolvidos envolveu a realização de serviços comunitários. Em 2019, durante o trote da Unifran, calouras apareceram em um vídeo jurando não recusar tentativas de coito. Em 2022, uma estudante de medicina em Alagoas ironizou a morte

de uma paciente em uma rede social, dizendo: "Faltando 10 minutos para dormir, chega uma mulher infartando e com edema agudo de pulmão." A jovem foi solicitada a se desligar do quadro de estagiários. No mesmo ano, outro estudante da UFMS fez uma sátira de um texto de desabafo de uma mulher que criticava o caso de estupro de uma paciente durante uma cesárea (Lino, 2022).

Na matéria de 2023 intitulada "Médicos relatam violência em festas e jogos universitários" (Bimbatí; Perez, 2023), é exposta a cultura de violência que envolve pessoas negras e mulheres, com base em relatos de médicos. Tal reportagem é a única que utiliza o termo "violência de raça e gênero", com destaque para o relato de Flávia Kuhn, médica fisiatra e professora de Humanização na Saúde e no SUS na Faculdade de Medicina da USP, que comenta: "São um reflexo de uma sociedade que ri do estupro e da violência. Naturalizam uma violência sexual, e isso mostra uma sociedade é marcada pelo gênero, pela raça e classe" (apud Bimbatí; Perez, 2023). Contudo, a matéria não explica o conceito de violência de gênero, o que pode dificultar a compreensão por parte de leitores. Embora mencione as vítimas da violência, a reportagem não aponta os autores desses atos, tampouco explica os desdobramentos das denúncias, focando nas consequências da violência sem detalhar as ações tomadas a partir dos relatos.

Outro exemplo da presença desse tipo de violência é descrito na Revista Fórum, com a matéria intitulada "Atlética de Medicina da Unisa tem hino misógino que menciona situação de estupro" (Fernandes, 2023). Esse caso exemplifica como as atléticas utilizam músicas e hinos com linguagem que exalta a violência contra mulheres e a apologia ao estupro, reforçando uma cultura tóxica que se normaliza dentro do ambiente acadêmico. A notícia traz um dos hinos cantados em um jogo universitário:

Xavasqui! Xavascá! Xavasqui e acolá!
Enfia o dedo nela que ela vai arreganhar!
O quê? Arre-ga-nhar!
Na rima do pudendo [termo médico que designa a fissura formada pelos grandes lábios da vagina]
Eu entrei mordendo!
É a Med Santo Amaro que está te fodendo! (Fernandes, 2023).

Entre as notícias analisadas, uma se destaca por apresentar uma perspectiva distinta das demais. A matéria da Terra, de 2014, intitulada "Alunas relatam abuso sexual na Faculdade de Medicina da USP", (Melo, 2014) expõe os relatos de vítimas

e suas imagens. A reportagem conta a história de Ana, que foi abusada sexualmente por dois rapazes durante uma cervejada e, em seguida, foi pressionada a não denunciar o caso:

Ela disse que foi pressionada a não denunciar o abuso, visto que isso "poderia prejudicar a carreira dos caras", mas não cedeu. Depois, no entanto, viu sua vida transformada num inferno. "Foi feita a apuração do caso, e o resultado é que o abuso tinha sido consensual, que o único problema era o álcool. Me senti humilhada. Após mais de um ano os caras continuam impunes e eu cruza com eles quase todos os dias", afirmou. "Sou tida como uma vagabunda na faculdade" (apud Melo, 2014, p.3).

Outra vítima, Maria, relata ter sofrido abuso pelo diretor da atlética e depois por um funcionário terceirizado. Juntas, Ana e Maria fundaram o coletivo feminista Geni em 2013, com o objetivo de combater a impunidade desses crimes, enfrentando, no entanto, constantes discriminações.

A matéria acima aborda a cultura do estupro e tenta explicar o que é o trote, além de discutir as dinâmicas de poder envolvidas. Também relata que nas festas de medicina há exclusão de homossexuais e negros, "são grupos de poder que usam o trote como processo de seleção para entrar em um grupo. É um mecanismo de exclusão, que não integra ninguém" (Melo, 2014, p.1). Segundo a matéria, testemunhas afirmam que a faculdade não responde adequadamente às violações, emitindo uma nota de repúdio contra qualquer forma de violência ou discriminação, e, informa que sindicâncias foram abertas para apurar os fatos, com a promessa de que, se as acusações forem comprovadas, as devidas punições serão aplicadas de acordo com o código de ética da universidade. No entanto, a reportagem não traz maiores desdobramentos sobre o caso, e os estudantes acusados não são identificados.

Quanto à responsabilização dos acusados, as reportagens revelam uma realidade em que os abusadores, em sua maioria, não enfrentam consequências. Embora algumas instituições e investigações internas sejam mencionadas, a punição dos envolvidos ainda é rara. A CPI da violência e assédio sexual promovida pela Câmara Municipal de São Paulo, em 2024, buscou intimações e depoimentos de atléticas de medicina em resposta a denúncias de abuso, mas, até o momento, as ações punitivas são pontuais e há uma generalização de impunidade (Godoy, 2023). Embora muitas reportagens abordem essas atitudes violentas e machistas, a maioria evita o uso do

termo "violência de gênero". Das dezessete reportagens analisadas, apenas uma (Bimbaty; Brito, 2022) menciona esse termo diretamente, enquanto as demais descrevem agressões físicas, humilhações e hinos com teor misógino como comportamentos abusivos, mas sem caracterizá-los especificamente como parte de um padrão de violência de gênero. Um exemplo claro são os casos noticiados envolvendo estudantes de medicina da Universidade Santo Amaro (UNISA) e outras instituições, como a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a USP, que mostram que essas práticas são justificadas como parte de uma "tradição", contribuindo para a normalização dos abusos (Sansão, 2015).

5.3 Como são noticiados os agressores e as consequências

A partir de uma análise dos noticiários, é nítido que os veículos evidenciam as tragédias, mas não expõem os autores que praticaram tal violência. É possível identificar um padrão de escrita no que condiz às descrições dos sujeitos, como na manchete: Estudantes de medicina que fizeram gesto obscuro em 2017 cumpriram 'serviços sociais' (Cavalcante, 2023). Desse modo, utilizam-se "jovens ou homens, estudantes ou alunos de medicina" para se referir homens que causam violência. De acordo com alguns sites, os estudantes não são punidos pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), visto que ainda são acadêmicos e não possuem a formação completa. Desse modo, a universidade fica responsável pela penalidade dos estudantes. Em alguns casos, a universidade impõe troca de serviços comunitários ou a expulsão do meio acadêmico.

Em algumas das instituições citadas, as punições para os agressores são raras e, quando ocorrem, são leves, como prestação de serviços comunitários. Em alguns casos, há resistência por parte das universidades em tomar ações concretas, especialmente quando os agressores pertencem a famílias influentes ou têm conexões dentro do meio médico (Bimbaty; Brito, 2022). Os trotes violentos e as agressões físicas são frequentemente associados às atléticas de medicina, que exercem um papel central na organização desses eventos, mas raramente assumem a responsabilidade pelos abusos. Assim, as universidades preferem não se pronunciar ou minimizar a gravidade dos atos. (Bimbaty; Brito, 2022).

Como já mencionado, em muitos dos casos relatados, as instituições optam por uma postura de silêncio ou emitem notas vagas, alegando desconhecimento dos fatos (Bimbat; Brito, 2022). As sindicâncias, quando abertas, raramente levam a punições, o que gera um ciclo de repetição dos abusos ano após ano. Algumas ações têm sido tomadas, como a criação de coletivos feministas, que buscam dar voz às vítimas e pressionar por mudanças, (Sansão, 2015). No entanto, essas iniciativas enfrentam resistência e, muitas vezes, não têm o poder necessário para promover mudanças significativas. Em uma das análises, por exemplo, o Coletivo Feminista Geni, criado por alunas vítimas de abuso na Faculdade de Medicina da USP, relatou sofrer constantes retaliações e discriminações (Sansão, 2015).

5.4 O profissional de medicina

Após a formatura, os médicos conquistam o diploma e iniciam o exercício da profissão. De acordo com dados da Associação Médica Brasileira (AMB), em 2022, o Brasil contava com 321.581 médicos titulados ou com especializações, o que representava cerca de 62,5% dos profissionais em atividade no país. Os outros 37,5% eram médicos generalistas, sem especialização em nenhuma área específica. No Brasil, a especialidade de Ginecologia e Obstetrícia contava com 37.327 médicos. Além disso, o Conselho Regional de Medicina (CRM) constatou em 2022 que, apesar da maioria dos registros ser composta por mulheres, seus salários eram inferiores aos dos homens.

Essa disparidade reflete uma questão estrutural que persiste no mercado de trabalho médico no Brasil, mesmo em um contexto em que as mulheres são numericamente predominantes. Além disso, há uma preocupação com a distribuição de médicos generalistas e especialistas no país. O dado de que 37,5% dos médicos são generalistas, enquanto apenas 62,5% possuem alguma especialização, pode apontar para um possível desafio no acesso a cuidados especializados, como na área de Ginecologia e Obstetrícia, que contava com apenas 37.327 profissionais no mesmo ano. Assim, esses dados deixam implícito a desigualdade de gênero e a preocupação na formação médica.

Agregado a isso, Boyaciyan e Camano (2006) constataram que entre 1º de janeiro de 1994 a 31 de dezembro de 2004, foram registradas 24.678 denúncias

formais (levadas a julgamento) contra médicos no Estado de São Paulo. Destas, 503 denúncias estavam relacionadas à área da ginecologia, envolvendo um total de 781 médicos. Dentre esses profissionais, 599 eram do sexo masculino, com idades entre 31 e 45 anos. A análise do estudo revelou que 12,16% dos processos instaurados estavam vinculados à prática da ginecologia. Parte dos médicos denunciados atuava em serviços de plantão e urgência, sendo que 62,63% deles não haviam cursado residência médica e 73,24% não possuíam especialização na área. Contudo, é importante destacar que a pesquisa não esclarece se, entre essas denúncias, há casos relacionados à violência de gênero, o que limita uma análise mais profunda sobre possíveis desigualdades ou práticas discriminatórias nesse contexto.

Além disso, as práticas de violências obstétricas crescem no Brasil. Em 2012, Nascer no Brasil (Fiocruz) realizou uma pesquisa que identifica que 45% das mulheres atendidas no Sistema Único de Saúde (SUS) e 30% das mulheres atendidas em hospitais privados, sofreram violência obstétrica e no SUS a taxa foi de 45%. (Lacerda, 2023)

É notável a existência de casos de violência obstétrica, porém ainda faltam estatísticas mais palpáveis no Brasil. De acordo com a notícia de O Globo Brasil (2021), a procuradora Bruna Menezes, que coordenou um comitê de enfrentamento no Amazonas, afirma que cerca de 150 casos de violência obstétrica investigados em sete anos foram arquivados pelo Conselho Regional de Medicina.

5.5 Dificuldades apresentadas no percurso da pesquisa

Embora a maior parte dos ingressos no curso de Medicina sejam compostos por mulheres, ao buscar informações específicas, observou-se uma dificuldade em obter dados detalhados sobre certos aspectos. Entre os principais desafios identificados estão: a dificuldade em encontrar dados de mulheres matriculadas e que abandonam a faculdade e entender os motivos subjacentes a essas desistências; a investigação das consequências e punições aplicadas a homens que cometem atos de violência nas universidades; e os canais de denúncia e proteção disponíveis, onde as mulheres possam se sentir verdadeiramente amparadas e seguras. Essa lacuna de dados torna ainda mais complexa a compreensão da dimensão do problema, a forma como os casos de violência de gênero é noticiada e a formulação de caminhos

para o debate.

Outro fator crucial é a falta de informações sobre os desdobramentos dos casos de denúncias envolvendo médicos na área de ginecologia. Não se sabe o que aconteceu com os profissionais acusados, se houve afastamento ou revogação do registro no CRM. Tampouco existem relatos sobre as vítimas, como o suporte que receberam. Além disso, não há declarações de repúdio ou esclarecimentos sobre os hospitais e clínicas onde esses médicos, que cometeram violência contra mulheres, continuam atuando. Os dados mencionados sobre violências ginecológicas são fornecidos por alguns artigos que coletaram dados por regiões do Brasil (Boyaciyan; Camano, 2006), desse modo, não há dados gerais do Brasil.

Portanto, a falta de visibilidade e dados concretos sobre essas questões impede uma compreensão completa para lidar com os desafios enfrentados pelas mulheres no ambiente acadêmico e consequentemente profissional. Sem informações claras, os danos gerados pela violência continuam sendo subestimados e não punidos adequadamente, perpetuando uma problemática que deveria ser abordada com urgência. Além disso, as notícias relacionadas à violência de gênero circulam debatendo o tema de forma genérica e com pouca atenção à seriedade de tais acontecimentos no âmbito do ensino superior.

6 CONCLUSÃO

A análise das violências de gênero no ambiente universitário, inicialmente analisado no curso de Medicina da Universidade de Santo Amaro (Unisa), evidencia a continuidade de uma cultura misógina que se manifesta por meio de abusos físicos, psicológicos e sexuais, além de assédio verbal e objetificação das mulheres. Esses comportamentos, frequentemente naturalizados, contribuem para a construção de um ambiente acadêmico misógino, no qual a violência contra as mulheres é minimizada, dificultando sua permanência e ascensão nas instituições de ensino superior.

A naturalização de comportamentos abusivos, muitas vezes tratados como "tradições", mostra como o patriarcado e as desigualdades de gênero ainda estão profundamente enraizados nas relações sociais e educacionais. Essa realidade reforça a necessidade urgente de mudanças estruturais nas universidades, para que

se desconstrua a cultura de violência e se promova um ambiente seguro e inclusivo para todos. Desse modo, um dos objetivos da pesquisa foi abordar como a cultura de violência afeta o ingresso e a permanência das mulheres, além da falta de dados sobre a violência de gênero nas universidades.

A cartografia, metodologia de escolha, permitiu que a pesquisa se movimentasse também pelas interações e afetos, para compreender e construir conhecimento. Integrando abordagens quantitativas e qualitativas, foi possível analisar como os meios de comunicação, as instituições de ensino superior e o conselho de classe médica tratam as violências de gênero. Além disso, as notícias foram selecionadas por palavras-chave que foram fundamentais para o desenvolvimento da análise, permitindo um diálogo entre os dados empíricos coletados e a revisão bibliográfica sobre as questões de gênero, violência e poder. Ao integrar essas duas vertentes – a empírica e a teórica – a metodologia da cartografia possibilitou uma compreensão mais aprofundada das relações de gênero nas universidades e, especialmente, no curso de Medicina.

Desse modo, os resultados revelaram desigualdades significativas no curso de Medicina, relacionadas ao gênero, raça e classe social. A predominância de mulheres ingressantes e a disparidade entre as idades de conclusão entre homens e mulheres indicam os desafios enfrentados pelas estudantes, especialmente em um ambiente predominantemente masculino e machista. A cultura de trote, que perpetua abusos e humilhações, e a resistência das instituições em responsabilizar agressores reforçam o ciclo de violência e impunidade.

Além disso, o tratamento da violência de gênero pela mídia e a falta de uma cobertura aprofundada refletem a dificuldade em analisar e conscientizar sobre a gravidade desses abusos e suas consequências. As universidades, mesmo com algumas iniciativas de enfrentamento, falham em adotar medidas concretas, principalmente quando os agressores pertencem a famílias influentes. Esse cenário é ainda mais crítico quando as desigualdades de gênero se refletem no mercado de trabalho, com disparidades salariais persistentes entre homens e mulheres na prática médica.

A transformação desse cenário exige uma revisão das práticas acadêmicas e profissionais, com ênfase na inclusão, ética e na erradicação da violência de gênero,

criando um ambiente mais seguro e justo. A luta pela autonomia das mulheres e pelo fim da opressão nas universidades é uma questão essencial para garantir a equidade no ensino superior e no mercado de trabalho.

7 REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Tradução Sérgio Milliet. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019, v. 2.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. (Trad.) Maria Helena Kuhner. 22^a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em medicina**. Resolução nº 3, de 20 de junho de 2014, Brasília: 2014.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, ed. 15, 2011.

CAMPOS, A. H. e CORRÊA, L. R. **Direitos humanos das mulheres**. Curitiba: Juruá, 2007. Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/alunos-de-medicina-fazem-foto-com-calcas-abaxadas-e-faculdade-abre-sindicancia.ghtml>
Acesso em: 23 de março de 2024.

COSTA, P.R. (2015) Gilberto Freyre e a infância no Brasil patriarcal. **Revista Angelus Novus USP ano VI, n10**, 41–60.

COELHO, G. M. **Gêneros desviantes: O conceito de gênero em Judith Butler**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, p. 101. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. (Trad.) Roberto Machado. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

KIMMEL, M. **A sociedade de gênero**. (Trad.) Patrícia F. T. de Freitas. São Paulo: Editora Vozes, 2022.

LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 2019.

MARIN, J. C.; ARAÚJO, D. C. D. S; NETO, J. E. O trote em uma faculdade de medicina: uma análise de seus excessos e influências socioeconômicas. **Revista brasileira de educação médica**. São Paulo, v. 32, n. 3, p. 474-481, fev./2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/7hDLRFW4GrvrVrTPW8S8z6G/?lang=pt2> Acesso em: 27 nov. 2023.

MARX, K.; ENGELS, F. Primeira parte. In: MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 29-95.

MOSCHETA, M. S. Estéticas da destruição e a morte de pessoas LGBTQ no Brasil. In: KREUZ, G.; NETTO, J. V. G. **Múltiplos olhares sobre a morte e luto**: aspectos teóricos e práticos. Cap. 13, p. 165-181. Curitiba: CRV Editora, 2021.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. **Metodologias feministas e estudos de gênero**: articulando pesquisa, clínica e política. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 647-656, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde**. Genebra: OMS, 2014. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/134588/3/WHO_RHR_14.23_por.pdf Acesso em: 9 jul. 2024.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SANSÃO, L. (2015) As veias abertas da faculdade de medicina. Vol. nº 58 **Revista Adusp**. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/revistas/58/mat05.pdf> Acesso em: 15 jul. 2024.

SANTOS, F.C. **As fontes em notícias de violência contra a mulher**: um estudo de caso do portal G1, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/BFWKjVtTxGR7qs3PqHYsz6x/> Acesso em: 23 mar. 2024

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. (Trad.) José Carlos Vieira e Marcela R. G. de Almeida. São Paulo: Editora da Unesp, 2015.

SEGATO, R. L. **Las estructuras elementales de la violencia** - ensayos sobre gênero entre antropología, psicoanálisis y derechos humanos. Buenos Aires: Prometeo, 2003.

TAVARES, M. S.; ALVES, A. A violência de gênero no (Des)governo Bolsonaro: licença para matar! **Revista Brasileira de História**, v. 43, n. 94, p. 41–61, set. 2023.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris. 2018.

BASSO, S. M. **Resistências feministas: um estudo cartográfico sobre violências de gênero contra estudantes mulheres no contexto universitário**. Tese (mestrado em psicologia) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, p. 12-138. 2022.

RODRIGUES, M. Medicina tem mais mulheres, mas permanece desigual. **Med Estratégia**, 2023. Disponível em: <https://med.estrategia.com/porta/atualidades/medicina-tem-mais-mulheres-mas-permanece-desigual/>. Acesso em: 27 abr. 2024.

Associação Médica Brasileira. Lançada a Demografia Médica no Brasil 2023. 2023. Disponível em: <https://amb.org.br/noticias/lancada-a-demografia-medica-no-brasil-2023>. Acesso em: 20 mai. 2024.

ABRUC COMUNITÁRIAS. Número de estudantes de medicina sobe, mas formação de especialistas não acompanha. 2023. Disponível em: <https://www.abruc.org.br/numero-de-estudantes-de-medicina-sobe-mas-formacao-de-especialistas-nao-acompanha/>. Acesso em: 28 abr. 2024.

NERY, N. O assunto #1.050: Violência e abusos em faculdades de medicina. **g1**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2023/09/21/o-assunto-1050-violencia-e-abusos-em-faculdades-de-medicina.ghtml>. Acesso em: 25 abr. 2024.

BIMBATI, P. A; PEREZ, F. 'Terra sem lei': Médicos relatam violência em festas e jogos universitários. **Uol**, 2023. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2023/09/22/medicos-relatos-violencia-festas-jogos-universitarios.htm>. Acesso em: 25 abr. 2024.

GODOY, A. CPI da Violência e Assédio Sexual intima Atléticas de Medicina a depor. **Câmara Municipal de São Paulo**, 2023. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/cpi-da-violencia-e-assedio-sexual-intima-atleticas-de-medicina-a-depor/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

FIGUEIREDO, T. 'Juramento representa minoria', diz aluna de medicina sobre trote de teor machista em Franca, **g1**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2019/02/13/juramento-representa-minoria-diz-aluna-de-medicina-sobre-trote-de-teor-machista-em-franca-sp.ghtml>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BIMBATI, P.A; BRITO, G. Humilhação de boas-vindas. **Uol**, 2022. Disponível: <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/trotes-violentos-medicina-unisa/>. Acesso em: 18 abr. 2024.

G1. Hino machista de atlética de faculdade de medicina gera polêmica em Araraquara. **G1** Araraquara e São Paulo, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2018/08/17/hino-machista-de-atletica-de-faculdade-de-medicina-gera-polemica-em-araraquara.ghtml>. Acesso em: 18 abr. 2024.

FERNANDES, C. F. Atlética de Medicina da Unisa tem hino misógino que menciona situação de estupro. **Revista Fórum**, 2023. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2023/9/19/atletica-de-medicina-da-unisa-tem-hino->

[misogino-que-menciona-situacao-de-estupro-144396.html](https://www.unifamma.com.br/misogino-que-menciona-situacao-de-estupro-144396.html) Acesso em: 18 mar. 2024.

UOL. Universidade avalia punir alunos de medicina que cantaram 'hino' machista. **Uol São Paulo**, 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/01/23/sp-alunos-de-medicina-cantam-hino-machista-universidade-avalia-punicao.htm> Acesso em: 20 abr. 2024.

O TEMPO. Hino de estudantes de Medicina da USP gera indignação em rede social. **O tempo Brasil**, 2014. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/brasil/hino-de-estudantes-de-medicina-da-usp-gera-indignacao-em-rede-social-1.946191> Acesso em: 20 abr. 2024.

HONÓRIO, G. Hino da atlética de medicina da Unisa que fala em enfiar dedo na vagina e 'entrar mordendo' é apologia ao estupro, diz especialista. **g1**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/09/19/hino-da-atletica-de-medicina-da-unisa-que-fala-em-enfiar-dedo-na-vagina-e-entrar-mordendo-e-apologia-ao-estupro-diz-especialista.ghtml> Acesso em: 2 de mar. 2024.

G1. Bateria da medicina da USP Ribeirão Preto é acusada de racismo em hino. **G1 Ribeirão e Franca**, 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2014/11/bateria-da-medicina-da-usp-ribeirao-preto-e-acusada-de-racismo-em-hino.html> Acesso em: 20 abr. 2024.

LINO, N. Rojão, genitália: 9 vezes em que comportamento de alunos de medicina chocou. **Uol**, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/10/18/9-vezes-que-os-alunos-de-medicina-chocaram-com-comportamentos-selvagens.htm> Acesso em: 22 abr. 2024.

UOL. Grupo de alunos da UFPB causa polêmica ao usar termo 'dopasmina'. **Uol João Pessoa**, 2016. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/08/18/grupo-de-alunos-da-ufpb-causa-polemica-ao-usar-termo-dopasmina.htm> Acesso em: 22 abr. 2024.

CAVALCANTE, D. Estudantes de medicina que fizeram gesto obsceno em 2017 cumpriram 'serviços sociais'. **CGN**, 2023. Disponível em: <https://cgn.inf.br/noticia/1288448/estudantes-de-medicina-que-fizeram-gesto-obsceno-em-2017-cumpriram-servicos-sociais> Acesso em: 22 abr. 2024

ARPINI, N. Alunos de medicina fazem foto com calças abaixadas e faculdade abre sindicância. **G1**, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/alunos-de-medicina-fazem-foto-com-calças-abaixadas-e-faculdade-abre-sindicancia.ghtml> Acesso em: 22 abr. 2024.

GUILHERME, P. 'Medicina da USP tem cultura violenta e opressiva', diz promotora. **G1 Educação**, 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/11/medicina-da-usp-tem-cultura->

[violenta-e-opressiva-diz-promotora.html](#) Acesso em: 10 abr. 2024.

MELO, D. Alunas relatam abuso sexual na Faculdade de Medicina da USP. **Terra**, 2014. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/alunas-relatam-abuso-sexual-na-faculdade-de-medicina-da-sp,3f2bdd04e01a9410VqnVCM10000098cceb0aRCRD.html> Acesso em: 12 abr. 2024.

G1. Nudez na quadra: alunos de medicina dizem que foram expulsos sem direito de defesa. **G1 Por fantástico**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/09/25/nudez-na-quadra-alunos-de-medicina-dizem-que-foram-expulsos-sem-direito-de-defesa.ghtml> Acesso em: 20 abr. 2024.

GOMES, B. Unisa expulsa alunos de medicina identificados nus em jogo em SP. **Educação UOL**, 2023 Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2023/09/18/unisa-pronunciamento.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em: 12 abr. 2024

JÚNIOR, C. J. Por que Brasil forma médicos para elite. **Outras mídias**, 2015. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/por-que-brasil-continua-formando-medicos-para-elite/> Acesso em: 01 mai. 2024.

Conselho Federal de Medicina. Em 20 anos, dobra o número de mulheres que exercem a medicina no Brasil, 2020. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/noticias/em-20-anos-dobra-o-numero-de-mulheres-que-exercem-a-medicina-no-brasil/> Acesso em: 27 out. 2024.

CURY, F. A. Desigualdade salarial entre médicas e médicos é questão de gênero, diz colunista. **JORNAL DA USP**, 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/desigualdade-salarial-entre-medicas-e-medicos-e-questao-de-genero-diz-colunista/> Acesso em: 27 out. 2024.

RIBEIRO, A. Violência obstétrica atinge cerca de 45% das mulheres na rede pública brasileira; vítima perde bebês e ficam com lesões. **O GLOBO BRASIL**, 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/violencia-obstetrica-atinge-cerca-de-45-das-mulheres-na-rede-publica-brasileira-vitimas-perdem-bebes-ficam-com-lesoes-25332302> Acesso: 2 nov. 2024.

Organização Mundial de Saúde. **Prevenção e Eliminação de Abusos, Desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde**. 2014 Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/prevencao-e-eliminacao-de-abusos-desrespeito-e-maus-tratos/> Acesso em: 9 jul. 2024

VIEIRA, E.C. Cultura e formação humana no pensamento de Antonio Gramsci. **Educação e Pesquisa**, v. 25, n. 1, p. 51-66. São Paulo: 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Pnbnf3MVRVR4LvYyhJwsRr/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 8 jul. 2024



Ministério da Educação. Relatório de síntese de área de medicina. INEP 2019 – MEDICINA: Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2019/Enade_2019_Relatorios_Sintese_Area_Medicina.pdf> Acesso em: 28 maio 2024.

Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná. Sobre denúncia. Disponível em: <https://www.crmpr.org.br/Sobre-denuncia-1-49025.shtml> Acesso em: 4 jun. 2024.

BOYACIYAN, K. CAMANO, L. O perfil dos médicos denunciados que exercem ginecologia e obstetrícia no estado de São Paulo. **Rev. Assoc. Med. Bras.** **52(3): p. 144-7.** São Paulo: 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ramb/a/6MtpdPN4MT8NSPBqWzWjS9h/>

Instituições de Ensino Superior - IES. **e-MEC**, 2024. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/educacao-superior/ies>. Acesso em: 02 dez. 2024.

LACERDA, J. Vítimas de violência obstétrica denunciam negligências médicas **Agência Câmara de Notícias**, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1005005-vitimas-de-violencia-obstetrica-denunciam#comentario> Acesso em: 30 out. 2024.